

Classificação	Praias	Capitanias
2.ª ordem . . . . .	Clube de Campismo do Concelho de Almada . . . . . Clube Campismo Lisboa (Norte) . . . . . Clube Campismo Lisboa (Sul) . . . . . Comélia . . . . . Delícias da Praia . . . . . Dragão Vermelho . . . . . Dunas . . . . . Gaivotas . . . . . GNR . . . . . Golfinho . . . . . Inatel . . . . . Infante . . . . . Leão . . . . . Maré Viva . . . . . Oásis . . . . . Paraíso . . . . . Piscinas . . . . . Poente . . . . . Princesa . . . . . Rouxinol . . . . . SFUAP (Sociedade Filarmónica União Artística Piedense) . . . . . Sol . . . . . Sol Nascente . . . . . Sueste . . . . . Tarquínio . . . . . Tartaruga . . . . . Tropical . . . . .	
	Atlântica . . . . . Carvalhal . . . . . Comporta . . . . . Galapos . . . . . Lagoa de Albufeira . . . . . Pego . . . . . Sesimbra-Califórnia . . . . . Sesimbra-Ouro . . . . . Sesimbra-Praia Nova . . . . .	Setúbal.
	Ilha do Pessegueiro . . . . . Melides . . . . . Santo André . . . . . Vasco da Gama . . . . .	Sines.
	Amoreira . . . . . Arrifana . . . . . Burgau . . . . . Cabanas Velhas . . . . .	Lagos.
	Alemães . . . . . Arrifes . . . . . Baleeira . . . . . Carvalho . . . . . Coelha . . . . . Evaristo . . . . . Galé (Oeste) . . . . . Olhos de Água . . . . . Pintadinho . . . . . Prainho . . . . . Salgados . . . . .	Portimão.
	Barreta . . . . . Loulé Velho . . . . . Quinta do Lago . . . . . Trafal . . . . .	Faro.
	Cabanas . . . . .	Tavira.
3.ª ordem . . . . .	As não mencionadas nas ordens anteriores.	

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PISCAS

### Portaria n.º 611/2001

de 21 de Junho

A Portaria n.º 413/2001, de 18 de Abril, que aprovou um novo método de pontuação das parcelas destinadas à cultura da vinha para produção de vinho susceptível de obtenção da denominação de origem Porto, acarreta a necessidade de se proceder a uma série de ajustamentos nas pontuações anteriormente atribuídas que não permitem a sua conclusão no prazo de tempo estabelecido para o envio atempado das circulares das cepas e à resolução das reclamações a que estas dão origem na presente campanha vitícola.

Nesta conformidade, tendo sido ouvida a Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD), manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 254/98, de 11 de Agosto, que o Regulamento da Classificação das Parcelas com Cultura de Vinha para a Produção de Vinho Susceptível de Obtenção da Denominação de Origem Porto, aprovado pela Portaria n.º 413/2001, de 18 de Abril, não seja aplicável na campanha de 2001.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*, Secretário de Estado da Agricultura, em 31 de Maio de 2001.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

### Portaria n.º 612/2001

de 21 de Junho

Pela Portaria n.º 283/88, de 4 de Maio, foi homologado o protocolo que criou o CITEX — Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, outorgado entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, a Associação Nacional das Indústrias Têxteis, Algodoeiras e Fibras (ANITAF), a Associação Portuguesa das Indústrias de Malha (APIM) e a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção (ANIVCE).

Entretanto a Associação Nacional das Indústrias Têxteis, Algodoeiras e Fibras (ANITAF) e a Associação Portuguesa das Indústrias de Malha (APIM) alteraram as suas denominações sociais, passando a denominar-se, respectivamente, Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário (APT) e Associação Portuguesa das Indústrias de Malha e de Confecção (APIM).

Torna-se, por isso, necessário proceder à alteração daquela portaria.

Assim, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio:

Manda o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, que na Portaria n.º 283/88, de 4 de Maio, onde se lê «Associação Nacional das Indústrias Têxteis, Algodoeiras e Fibras (ANITAF) e a Associação Portuguesa das Indústrias de Malha (APIM)», deve ler-se, respectivamente, «Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário (APT) e Associação Portuguesa das Indústrias de Malha e de Confecção (APIM)».

Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *António Maria Bustorff Dornelas Cysneiros*, Secretário de Estado do Trabalho e Formação, em 22 de Maio de 2001.